

medida que tinha mais apoio popular, em projetar reformas anti-populares, de destruição do serviço público, do salário, da previdência pública com a reforma da previdência e toda uma série de medidas que são reformas que retiram o direito dos trabalhadores. O governo foi bem audacioso.

P - Há semelhanças entre o governo Lula e do presidente Fernando de La Rúa (da Argentina), também eleito como anti-Menén, mas que teve seu mandato abreviado por dar continuidade às políticas neoliberais do antecessor?

R - Há uma semelhança nesse sentido, um governo que teve o apoio de uma parcela importante da esquerda, que foi o caso de Fernando de La Rúa, e muito mais o caso de Lula. Fernando de La Rúa durou um ano aproximadamente porque a situação de crise da Argentina era muito pior, então não conseguiu manobrar, fez uma política semelhante à do governo Lula e terminou sendo derrubado pela mobilização popular que derrubou cinco presidentes em dois meses. Com Lula esse cenário não vai se repetir porque a crise não é tão forte e não temos uma mobilização popular tão intensa.

P - Na sua avaliação a Argentina politicamente conseguiu avançar mais que o Brasil?

R - Sempre se disse que a Argentina não tinha um partido de esquerda como o PT, ou seja, que a esquerda da Argentina estava muito dividida e era fraca eleitoralmente. Desse ponto de vista, o Brasil apresentava uma série de vantagens pela própria existência do PT. A crise é muito mais forte na Argentina, o grau de mobilização popular é bem mais intenso, tem sido mais forte nos últimos anos e, a questão da divisão da esquerda se apresenta como um problema de fato. Agora teremos eleições e a esquerda está dividida em várias opções, o que significa que novamente ela não vai ter um peso eleitoral importante. A mobilização popular continua muito forte; o movimento piqueteiro continua muito forte, muito bem organizado, embora o governo esteja tendo alguns sucessos. Está havendo uma radicalização política na Argentina que, por enquanto, não vai se traduzir por falta de opções em termos eleitores, mas se verifica na prática um grau de mobilização popular muito forte.

P - Como um analista histórico, o sr. acredita que o PT, enquanto partido que representou a esquerda do país durante muito tempo ainda pode se recuperar?

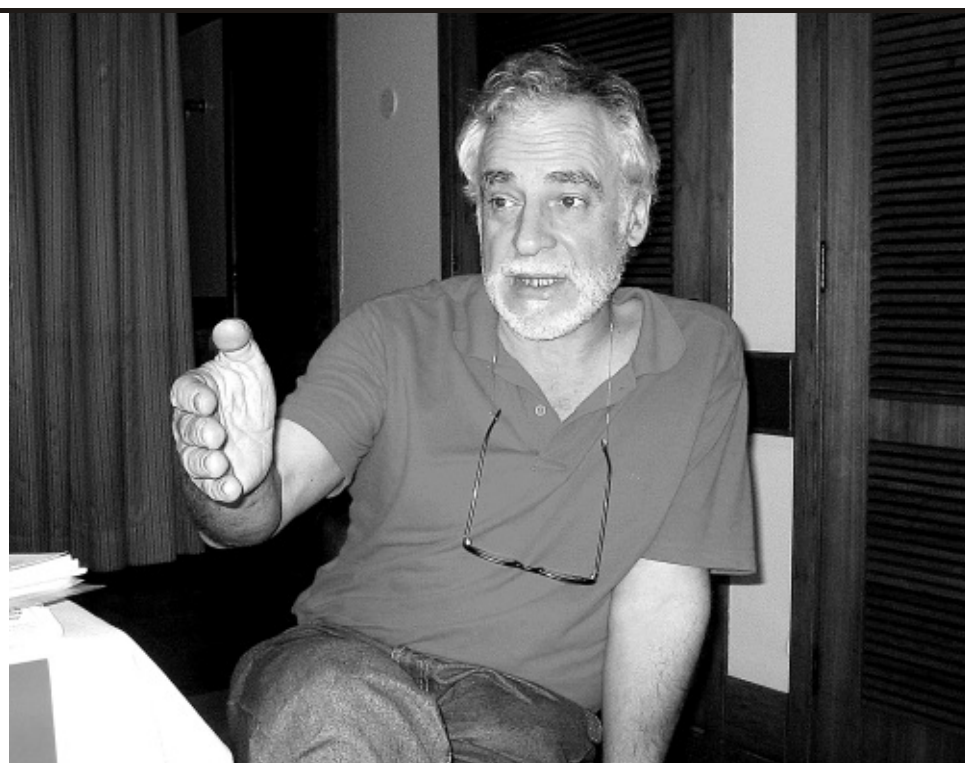
R - O PT deveria depurar suas fileiras de todos os corruptos, depurando ainda o governo de todos os capitalistas, quer esse representante capitalista seja do PT ou não, como é o caso do (Henrique) Meirelles (presidente do Banco Central),

quer ele seja do próprio PT, como é o caso do (Antônio) Pallozi, (Ministro da Fazenda). Se essa crise não for resolvida com uma política clara, de tirar conclusões políticas acerca de que tipo de esquerda é necessário, que tipo de partido é necessário, vai ter como fundo imediato uma desmoralização da militância de vastos setores populares que confiaram no PT e que não confiam em nenhuma outra alternativa política e, provavelmente, se desmoralizem.

P - Após essa crise envolvendo governo, partidos aliados, com acusações de corrupção, compra de votos, quais as perspectivas nas próximas eleições?

R - Elas não são claras. O primeiro cenário é que as eleições vão ser feitas de fato em final de 2006. Isto não estava claro porque em algum momento se falou até em um impeachment de Lula, mas aparentemente, ninguém está apontando para esta perspectiva, ou seja, os próprios adversários do PT preferem que o PT termine o mais capenga possível esse governo, o mais desgastado possível, para derrotá-lo eleitoralmente. Se este cenário se confirmar teremos provavelmente a vitória de uma candidatura de direita, talvez Serra, pelo menos é o que indicam as sondagens. Inclusive indicam que Serra, por exemplo, seguramente derrotaria Lula em um segundo turno. Ainda não está claro se Lula será o candidato do PT ou se será outra pessoa. Haverá as candidaturas que se dizem de esquerda, porque algumas delas não são de esquerda em absoluto. Depois haverá a candidatura da Heloísa Helena, do P-Sol, a candidatura do PSTU e também seguramente o Cristóvam Buarque pelo PDT, o Roberto Freire pelo PPS e, estas duas últimas, dificilmente podem ser consideradas como candidaturas de esquerda. Até a própria candidatura do PMDB com o Garotinho não seria de esquerda. Assim, haveria uma dispersão dos grupos de esquerda e tudo vai depender um pouco de quem será o candidato do PT, porque se houver uma candidatura mais à esquerda, classista por parte do PT, junto às candidaturas de Heloísa Helena e José Maria, isso seria uma espécie de radicalização da esquerda de uma parcela do eleitorado e clarificaria politicamente, esclareceria politicamente os alcances desta crise. A esquerda perderia as eleições, mas sairia politicamente com alguma perspectiva de mudança. Agora se for mantida uma candidatura Lula e ela for perdedora, isso vai representar um retrocesso no movimento popular.

P - O sr. é um dos críticos do fato de o



governo brasileiro ter enviado tropas de paz ao Haiti. Na sua avaliação por que isso não deveria ocorrer?

R - Porque são tropas de ocupação colonial. Eles estão fazendo o trabalho que não fariam as tropas dos Estados Unidos. O Haiti é um país que foi historicamente ocupado pelas tropas estrangeiras, foi ocupado pelos Estados Unidos de 1915 a 1934. A história do Haiti é muito longa, de muitas lutas e, ir lá para fazer um trabalho de polícia, que é o que está sendo feito, é simplesmente ceder às exigências do imperialismo norte-americano, que foi o que fez o governo Lula e o governo (Néstor) Kirchner, da Argentina. O Brasil está fazendo um trabalho de polícia por conta dos Estados Unidos que não podem mandar tropas para o Haiti já que estão metidos no Iraque. É uma política de subserviência que o Brasil não deveria ter aceito em nome do princípio da autodeterminação dos povos.

P - O bom relacionamento entre o governo brasileiro e os de Cuba e Venezuela, somado ao fato de nosso país ter sido contra a ocupação do Iraque, não significa uma perspectiva de independência em relação ao governo de George W. Bush?

R - O Brasil tem sido cada vez menos independente. Lula, no mesmo momento em que fazia isso, falava em “companheiro” Bush. O fato de não ter entrado na guerra do Iraque, digamos que não foi exceção, pois foi uma invasão muito impopular e a coalizão de países que apoiaram a invasão norte-americana foi muito fraca, muito pequena. Quanto ao relacionamento com Cuba e Venezuela, de um lado era óbvio que teria que ter um relacionamento mais próximo com Cuba, por motivos históricos, até porque o

PT foi convocante do Fórum de São Paulo junto com o Partido Comunista Cubano, mas isso não tem se traduzido em uma política mais ativa em defesa da revolução cubana contra o bloqueio norte-americano. No caso da Venezuela, o Brasil tem agido no sentido de desativar a bomba venezuelana, inclusive se fazendo de intermediário, para que no seu devido momento o governo Chávez aceitasse o plebiscito que a oposição lhe queria impor e lhe impôs de fato a respeito da continuidade do governo, de tal modo que o Brasil tem jogado em ambos os casos com um papel moderador. Dos enfrentamentos entre Venezuela e Cuba contra os Estados Unidos, ou seja, o Brasil tem cumprido o seu papel com a autoridade que lhe dá ser o governo de um trabalhador no maior país da América Latina.

P - No que se refere ao tratamento que o governo Lula deu às universidades brasileiras, acredita que houve algum avanço em relação à forma de tratamento que era dada pelo governo FHC?

R - Deixou tudo como estava antes, a mesma política de arrocho, e avançou no sentido de uma reforma universitária que consolida os avanços, em especial, do setor privado nas últimas décadas. É uma reforma de natureza basicamente privatizante. Diferentemente do governo Fernando Henrique Cardoso, se propõe a mudar constitucionalmente, a fazer uma lei orgânica do ensino superior chamada reforma universitária que consolida os avanços (privatistas), ao mesmo tempo em que mantém a regulamentação das fundações de direito privado no setor público. Enfim, o governo Lula não realizou paralelo à proposta de reforma, um debate democrático em torno da educação superior no Brasil. Realizou uma ficção de debate democrático para impor objetivos que o Sindicato Nacional pode classificar de retrocesso e de privatização da universidade pública.

“O Brasil tem sido cada vez menos independente”